

A INCLUSÃO NO OLHAR DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Luana Stracher França e Luana Stracher França

RESUMO: A maneira com que o ser humano se relaciona com o outro indivíduo com necessidade especial está relacionada com as suas percepções, ideologias, e conhecimento prévio. Assim a participação de aluno incluso em sala de ensino regular propicia as pessoas entender e aprender como funciona a inclusão. Este trabalho teve por objetivo levar a compreensão da importância desse processo através do olhar dos estudantes que convivem na mesma sala com portadores de necessidades especiais. Trata-se de uma pesquisa de campo, realizada no mês de junho e julho de 2014, com alunos da quinta série do ensino fundamental da Escola Municipal de Santa Lúcia, no município de Santa Lúcia.- Paraná e alunos da oitava série do Colégio Estadual Orlando Luiz Zamprônio, de Santa Lúcia. Foram trabalhados conceitos de inclusão e Educação Especial com os alunos, focando a realidade existente na sala de aula. Os dados foram coletados através de questionário. Constatou-se que trabalhar com a Educação inclusiva na escola foi uma maneira de buscar alternativas que possa reverter a situação em que se encontra o processo de inclusão nos dias atuais, bem como conscientizá-los sobre a importância que cada um tem na construção de um conhecimento socializado com o aluno incluso. Ressaltando que Educação inclusiva é uma atitude de aceitação das diferenças. A maneira com que o ser humano se relaciona com o outro indivíduo com necessidade especial está relacionada com as suas percepções, ideologias, e conhecimento prévio. Assim a participação de aluno incluso em sala de ensino regular propicia as pessoas entender e aprender como funciona a inclusão. Este trabalho teve por objetivo levar a compreensão da importância desse processo através do olhar dos estudantes que convivem na mesma sala com portadores de necessidades especiais. Trata-se de uma pesquisa de campo, realizada no mês de junho e julho de 2014, com alunos da quinta série do ensino fundamental da Escola Municipal de Santa Lúcia, no município de Santa Lúcia.- Paraná e alunos da oitava série do Colégio Estadual Orlando Luiz Zamprônio, de Santa Lúcia. Foram trabalhados conceitos de inclusão e Educação Especial com os alunos, focando a realidade existente na sala de aula. Os dados foram coletados através de questionário. Constatou-se que trabalhar com a Educação inclusiva na escola foi uma maneira de buscar alternativas que possa reverter a situação em que se encontra o processo de inclusão nos dias atuais, bem como conscientizá-los sobre a importância que cada um tem na construção de um conhecimento socializado com o aluno incluso. Ressaltando que Educação inclusiva é uma atitude de aceitação das diferenças.

Palavras-chave: Ensino Fundamental, Políticas Públicas, Inclusão Social.

INTRODUÇÃO

O processo de inclusão está acontecendo de forma lenta e gradativa em meio a uma série de controvérsias. Diante disso, acreditamos ser necessário compreender a importância desse processo através do olhar dos estudantes que convivem na mesma sala com crianças com necessidades especiais.

Quando se fala em educação inclusiva, instiga o pensamento à questão da inclusão social, visto que, todas as pessoas fazem parte de uma sociedade, sendo esta, um ambiente social em que deve incluir todos os indivíduos, em um processo cultural, político, religioso entre outros. Definir inclusão social não é uma tarefa muito fácil, tudo porque não poderíamos considerar inclusos na sociedade, um indivíduo que fosse limitado e ou negado direitos mínimos de cidadania. Pois cidadania plena é ter o direito constitucionalizado assegurado a todas as pessoas de uma sociedade.

Uma das estratégias para um melhor desenvolvimento de ações no processo de integração escolar de crianças com necessidades especiais são as escolas inclusivas, as quais requerem novas estruturas e novas competências. Já é de consenso de todos que a formação de educadores deve romper com a polaridade entre educação comum e especial, tendo como referência a diversidade e o aprendizado da inclusão.

Este trabalho revela as possibilidades de inclusão de pessoas com necessidades especiais, no ensino regular, e principalmente no nível de ensino público, abrindo o questionamento sobre as estratégias que podem ser adotadas para enfrentar as resistências (conscientes e inconscientes) de professores, diretores e escolas de ensino regular, assim como a necessidade de haver investimento na formação de professor e na forma de atendimento dos portadores de necessidades especiais.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada, com 10 (dez) alunos do ensino regular de quinta série ensino fundamental da Escola Municipal de Santa Lúcia, município de Santa Lúcia, Paraná, nesta sala há dois alunos inclusos, sendo estes cadeirantes. Nessa escola os alunos tinham um bom relacionamento entre si conciliando entre assuntos e práticas educativas exploradas pelos professores. Cada aluno tinha uma forma própria de estar ajudando o colega cadeirante.

Estadual Orlando Luiz Zamprônio, município de Santa Lúcia, Paraná, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Cascavel, onde se encontra um aluno surdo, (sem domínio da oralidade). Nessa escola os colegas mantinham uma linguagem própria para se comunicar, e ate em discussões por pequenos assuntos, o aluno surdo defendia seus colegas e se destacava no grupo.

Sendo assim, foi trabalhado com os alunos, conceitos de educação especial, e inclusão. E também as diferenças e o conceito de respeito mútuo entre as pessoas. Ressaltando que os alunos inclusos não estavam presentes no dia da realização da pesquisa. Aplicou-se o questionário e os dados foram tabulados e analisados.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA/ESTADO DA ARTE

Contexto histórico da Educação Especial

Desde a antiguidade havia dificuldade em aceitar as diferenças. Nesta época, conhecida como fase do extermínio as pessoas com deficiências eram sacrificadas, havia o medo das doenças por isso os deficientes, eram considerados amaldiçoados pelos deuses.

A Etapa do assistencialismo ocorreu na idade média com o advento do cristianismo; os deficientes foram reconhecidos como filhos de Deus e portadores de alma. Eram acolhidos em instituições religiosas por caridade, e vistos como doentes inválidos e incapazes e eram deixados à própria sorte, dependendo da caridade e boa vontade das pessoas. No século XII, com a justificativa de ser demônio e hereges houve a perseguição pela igreja (caça e extermínio) e posteriormente com os avanços na área da medicina têm-se o internamento dos deficientes em conventos, asilos, hospitais psiquiátricos. (SHIMAZAKI, 2014).

A etapa da segregação institucional foi o período ao qual com a impossibilidade de acesso às escolas comuns, as famílias buscaram criar escolas especiais de educação (escolas, hospitais e residências clínicas). No entanto, entre as décadas de 60 e 70 surgiram movimentos de institucionalização de ambientes menos restritivos. Essas mudanças de atitude, fez com que na década 80 o Brasil ofertasse duas formas de atendimento a educação Especial: o atendimento as classes comuns aos mais aptos, e o atendimento a classe especial para atender os considerados de maior gravidade. A etapa da inclusão foi o período caracterizado como um processo de reforma e reestruturação escolar ocorrido na década de 90. Houve a revolução de valores e atitudes: respeito com a diversidade humana, mudança na estrutura da sociedade e da educação escolar. Não é o aluno que se adapta a escola, mas e a escola no seu processo ensino e

construção do saber. (SHIMAZAKI, 2014).

A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar

Considerando que a escola tem a sua responsabilidade para a inclusão educacional, é preciso repensar sua estruturação enquanto instituição de ensino, e refletir sobre as mudanças no sistema educacional considerando que na atualidade a escola tem recebido na rede regular os alunos portadores de necessidades especiais.

Na atualidade, a escola regular é apontada como o local preferencial para a escolarização formal de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. Em contrapartida, serão oferecidos, sob a forma de complementação curricular, os apoios e serviços especializados necessários a sua aprendizagem e desenvolvimento. Desse modo, busca-se romper a tradição histórica de separação entre o ensino regular e o especial, articulando discursos e ações em uma proposta que traga unidade às formulações teóricas e práticas pedagógicas de ambos os contextos educacionais.

Portanto, esses direitos amparam-se no artigo 58 da Lei de Diretrizes e Base da Educação, Lei 9394/96 explicita que,

Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais.

§ 1º - Haverá, quando necessário, serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Os direitos dos cidadãos portadores de necessidades especiais estão garantidos em Lei, que prioriza o atendimento nas escolas regulares, reservando o encaminhamento do aluno para os serviços especiais, caso haja necessidade.

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) possui artigos conflituosos (artigos 58º e 59º) com a constituição para superar os impasses de interpretação da leis, e garantir o direito ao portador de necessidades educativas especiais o atendimento na rede regular; no ano de 1999, surge um documento orientador de valor de lei ordinária, através da Convenção da Guatemala (Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa com Deficiência) para corrigir as falhas e omissões encontradas na LDBEN.

A constituição Federal de 1998, em seu artigo 208 expresso que é dever do Estado à garantia de atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, e o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade, com a ressalva do artigo 37º do estatuto da Pessoa com Deficiência, que frisa ser direito da família ou representante legal do aluno com deficiência, a opção pela frequência às classes comuns da rede comum de ensino, assim como ao atendimento educacional especializado. O artigo 205, da constituição declara a educação como direito de todos e sua promoção visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Afirma também o direito à cidadania e a dignidade da pessoa humana nos incisos II e III do artigo 1º, e o inciso IV do artigo 3º declara a promoção do bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação e o artigo 5º e 205º, defende a igualdade perante a Lei, a Educação como direito e dever, seja do Estado ou da família como cidadãos e trabalhadores. (Saviani, 2001).

As bases político-filosóficas das práticas inclusivas são orientadas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que afirma o direito a Educação para todos, independente da sua origem condição social; a Convenção sobre os Direitos da Criança, (1989), garante os direitos aos portadores de necessidades educativas cuidados especiais, como serviços gratuitos, integração social e desenvolvimento individual total; a

Declaração de Salamanca, (1994), que expressa o direito a educação, com no ensino regular, tendo proposta pedagógica adequada. (ROSA, 2004 p. 96).

Como vemos apesar de todos os avanços muitas questões ainda precisam ser revistas para mudar atitudes discriminatórias e de exclusão, cujo maior obstáculo centra-se no modelo capitalista de produção.

Este evento patrocinado pela UNESCO realizou-se em Salamanca na Espanha no ano de 1994, e contou com a participação de 92 governos e 25 ONGs. Foi a primeira vez que um documento de divulgação internacional explicita recomendações em relação aos alunos com dificuldades de aprendizagem diferenciando-os dos portadores de deficiências, até porque as dificuldades de aprendizagem podem ocorrer em ambos os casos.

No que se refere à Universalização da educação, houve um consenso de que as crianças e jovens com necessidades educativas especiais sejam incluídos nas escolas comuns, denominadas “Escola Inclusiva”, cujo maior desafio é a articulação de uma pedagogia que garanta a educação tanto das crianças tidas como normais, bem como aquelas que possuem

características naturais dos seres humanos – não pode ser utilizada para justificar o descaso da escola para com os alunos com necessidades educativas especiais. Assim não é a criança que tem que adaptar-se, mas é o processo ensino- aprendizagem é que deve ser adaptado as necessidades da criança. (CARVALHO, 1997). A escola aqui passa a ser vista como essencial para a emancipação do ser humano é a educação como integrante dos fatos sociais, políticos e culturais em detrimento a uma escola padronizada onde poucos têm privilégios sobre a maioria.

Educação Inclusiva no Ensino Fundamental

Educação inclusiva significa dar oportunidades a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências, para que recebam serviços educacionais eficazes na preparação de pessoas para uma vida satisfatória na sociedade, em classes adequadas à suas idades (BEAUPRÉ, 1997).

O Princípio fundamental da escola inclusiva é que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independente de qualquer dificuldade ou diferença que elas possam ter.

A inclusão implica a construção de uma sociedade que possa respeitar todos os seus membros, pois, como afirma (Beaupré 1997, p. 166), “uma comunidade na qual não seja possível de estar próximo de conviver com pessoas deficientes, favorecer sua aquisição de conhecimentos ou de aprender com elas, é uma comunidade em que falta o órgão essencial que a faz viver, ou seja, o seu coração”. Estudos têm evidenciado que o convívio com pessoas com deficiências promove o acesso a uma gama mais ampla de papéis sociais, o respeito às diferenças, desenvolve a cooperação e a tolerância, favorece a aquisição do senso de responsabilidade, além de melhorar o desempenho escolar (HIRATA, GISELLE; 2009).

No Brasil, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. À luz dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola comum para que receba todos os alunos, atenda suas especificidades e promova a melhoria da qualidade da educação.

O Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta um documento chamado “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”¹ que considera a evolução dos marcos filosófico, políticos, legais e da pedagogia, definindo diretrizes para os sistemas de ensino. Essas diretrizes devem se traduzir em políticas

acompanhando os avanços do conhecimento e das lutas sociais, constituindo políticas públicas promotoras do amplo acesso à escolarização. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010). A inclusão na prática enfrenta inúmeros desafios, porém ela apresenta duas facetas, que relevam fatores positivos: Incluir é "acolher" indivíduos que desprovidos de alguns fatores intelectuais ou físicos ou de fatores externos, estavam à margem da exclusão social, por não aderirem aos parâmetros de normas e padrões, socialmente construídos por uma organização social de interesses próprios. Aqueles indivíduos que não se “enquadravam” aos padrões exigidos, eram marginalizados do sistema. Como se incluir fosse uma proposta generosa e solidária. (SALAMANCA, 1994) A inclusão de pessoas com deficiências é um direito inalienável que é eloquentemente sintetizado na declaração de SALAMANCA (1994): "qualquer que seja a origem, natureza e gravidade das suas deficiências e dificuldades, as pessoas com deficiências têm os mesmos direitos fundamentais que os seus concidadãos da mesma idade." Num contexto educacional isto significa que as crianças e os jovens com Necessidades Educativas Especiais (NEE) têm o direito de ser incluídos na educação regular. A proposta de educação inclusiva requer que haja uma conscientização social, com respeito aos ritmos próprios de cada aluno, como sugere Mantoan (2003), que explica que a inclusão para ser efetivada necessita de transformação total, a partir de uma revolução na escola atual, com mudança de paradigmas, espaço físico, políticas pedagógicas e principalmente a participação dos professores. A escola inclusiva entendida como “Escola para todos” (grifos nossos), é “um espaço de apropriação do saber centrado na necessidade das crianças, buscando o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.” (CARVALHO 1997, p. 59), independente das dificuldades ou diferenças que os sujeitos tenham. Portanto a inclusão envolve a gestão democrática e participação de toda a escola defendendo o mesmo objetivo, uma educação de qualidade para todos. Na proposta de inclusão, o primeiro ponto a ser discutido diz respeito à preocupação em incluir, principalmente, para reparar a atitude excludente que a escola tem tomado com as mais diversas formas de diferença, tais como, a discriminação racial e social além de tantas outras, tendo o aluno como sendo a fonte do problema sem rever seus métodos e posições político-sociais. Ao mesmo tempo a proposta de educação inclusiva requer a participação de todos os profissionais da escola em benefício da inserção efetiva dos alunos incluídos. Não basta que o aluno esteja matriculado ou apenas frequentando o ambiente escolar, ele precisa fazer parte de todo sistema. A inclusão não se restringe à sala de aula, é preciso que toda a escola esteja sintonizada na busca do mesmo objetivo, uma educação de qualidade para todos que fazem parte da mesma, pois para que ocorra a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular se faz necessário uma revisão conceitual da estrutura curricular dos cursos de formação docente. (ROSS 1998 p.66) evidencia que,

excluídos, não é um problema específico que pode ser tratado isoladamente. Na verdade, reverter essa situação, alcançar um patamar em que exista algum tipo de compromisso, em que as iniciativas e os projetos privilegiem demandas mais imediatas, são objetivos que dependem da superação de problemas estruturais para ser atingidos.

Assim, as propostas inclusivas se concretizam com a revisão dos currículos, espaços físicos adequados, organização escolar, e metodologias, conteúdos, processos avaliativos coerentes para o aprendizado do aluno; a necessidade de reflexão sobre a formação e de conhecimento das necessidades educativas especiais; reivindicação as universidades de primar pela qualidade educacional pela formação de futuros profissionais em qualquer área, conscientes sobre temas correlatos a esta especificidade; e a necessidade do envolvimento de toda comunidade buscando a democratização da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao questionar os alunos da sala **como se sentiam estudando na mesma sala que um aluno com necessidades educativas especiais**, mesmo com a questão sendo aberta, demonstra respostas foram otimistas, onde a maioria dos alunos tanto da 5ª série quanto da 8ª série, responderam sentir-se bem, e que tem se desenvolvido intelectualmente por aprender com as necessidades do colega, tratando essa pessoa como se fosse comum, e mesmo tendo dificuldades de adaptação no início da convivência em sala de aula, conseguem se comunicar por gestos e sinais.

Quando perguntado aos alunos **sobre quais atividades faz com o colega com necessidades educativas especiais**, observou-se que grande parte dos alunos brinca e ajuda o aluno incluso nas atividades escolares. Pequena quantidade de alunos entrevistados disse que somente ficam observando, como demonstra o gráfico 1, pois não conseguem manter um vínculo de amizade, não conseguindo se comunicar de acordo com as necessidades de entendimento do aluno incluso, ou mesmo devido o fato do incluso ser cadeirante, dificultando as brincadeiras entre eles.

GRÁFICO

8

7

6

5

■

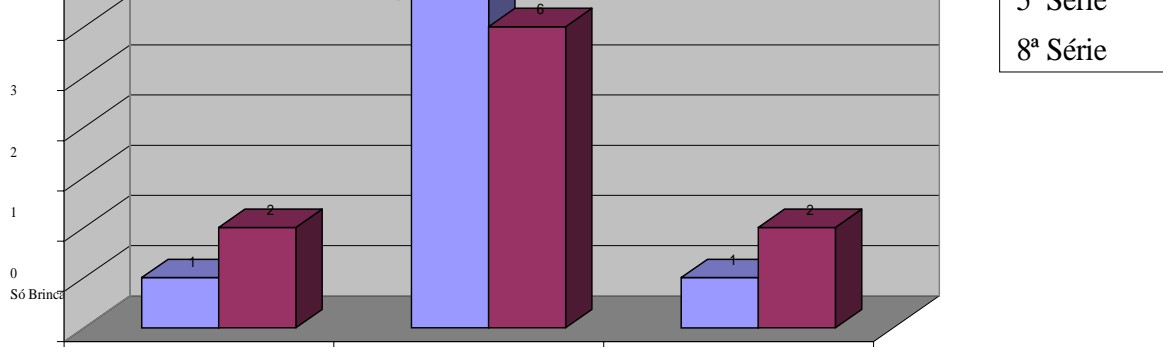


Gráfico 1: Que atividade você faz com o colega com necessidades especiais?

Estas respostas confirmam que existe grande sintonia entre a turma e os inclusos, onde auxiliam nas atividades escolares, e tem aceitação plausível. Este dado pode se concretizar ainda mais, quando foi perguntado **se o aluno com necessidades educativas especiais é bem aceito pelos colegas em sala de aula**, e, como mostra o (Gráfico 2), 65% dos colegas respondeu que sim que o aluno incluso era bem aceito em sala de aula, sendo importante ressaltar que 20% não sabiam se os seus havia aceitação, ou tinham alguma diferença com os alunos com necessidades educativas especiais, já 15% acreditam que os alunos com necessidades especiais ainda não são bem aceitos pelos colegas. Assim, para poder falar que a inclusão de fato ocorre, esses números deveriam ser de 100% de aceitação.

GRÁFICO 2

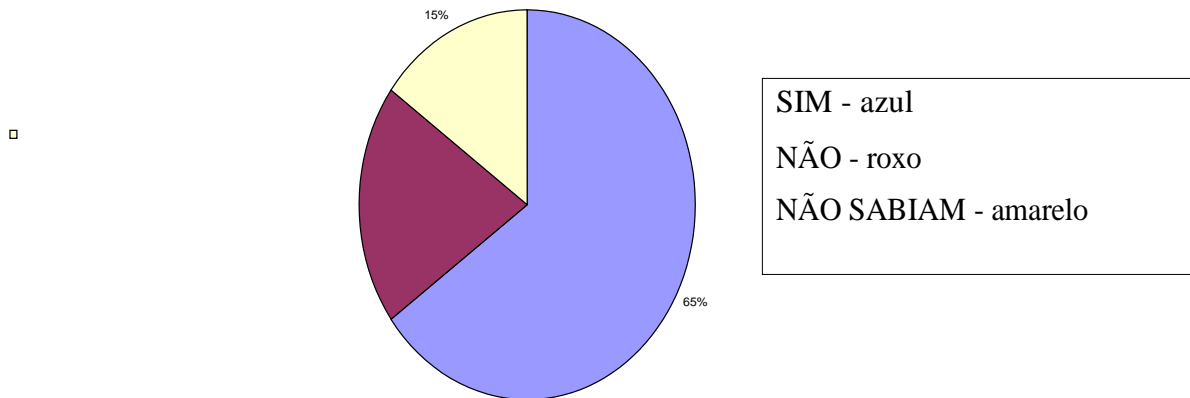


Gráfico 2: O aluno com necessidades educativas especiais é bem aceito pelos colegas em sala de aula?

Um dos questionamentos de grande relevância está sobre: **o aluno incluso consegue aprender em sala de aula regular?** A maioria respondeu que "sim". Mas, ao serem perguntados se ele fosse o professor, o que deveria ser feito de diferente para o aluno incluso aprender melhor, as respostas foram distintas, por exemplo: acreditam necessitar de maior atenção com o aluno incluso; elaboração de atividades em que envolvesse pinturas em vez de somente utilizar de textos. Inclusive tem um aluno que disse sobre a necessidade de "ter mais de um professor, para ajudá-lo a aprender melhor". O que mais se destacou e chamou a atenção foi à observação

encaminhado a uma pessoa formada em Libras”. Essas respostas revelam que os alunos com necessidades educativas especiais precisam receber um atendimento especializado com um profissional capacitado. E, o que é mais importante, os alunos revelam a necessidade de ter outro profissional professor em sala de aula para ajudar na aprendizagem dessas crianças. Essas respostas dos alunos podem revelar também a dificuldade que eles mesmos têm de serem atendidos uma vez que o professor necessita dedicar tempo para as crianças com necessidades educativas especiais.

É preocupante ouvir tais respostas das crianças. Elas são reveladoras de que os próprios alunos percebem as dificuldades encontradas pelos portadores de necessidade especiais, gerando assim, grandes dificuldades no processo de inclusão, que apesar de ser um direito, ele não é garantido. Este direito é apenas camuflado uma vez que é transferida a responsabilidade de inclusão ao professor da classe onde tem as crianças com necessidades educativas especiais. Professor este, na grande maioria das vezes não preparado para tal responsabilidade e tal atendimento especial. Visto que estas afirmações se comprovam quando perguntado *sobre a relação do professor com o aluno incluído*. O que prevaleceu foi a opção de “bom”, isto é, uma boa relação entre aluno e professor, conforme mostra o Gráfico 3.

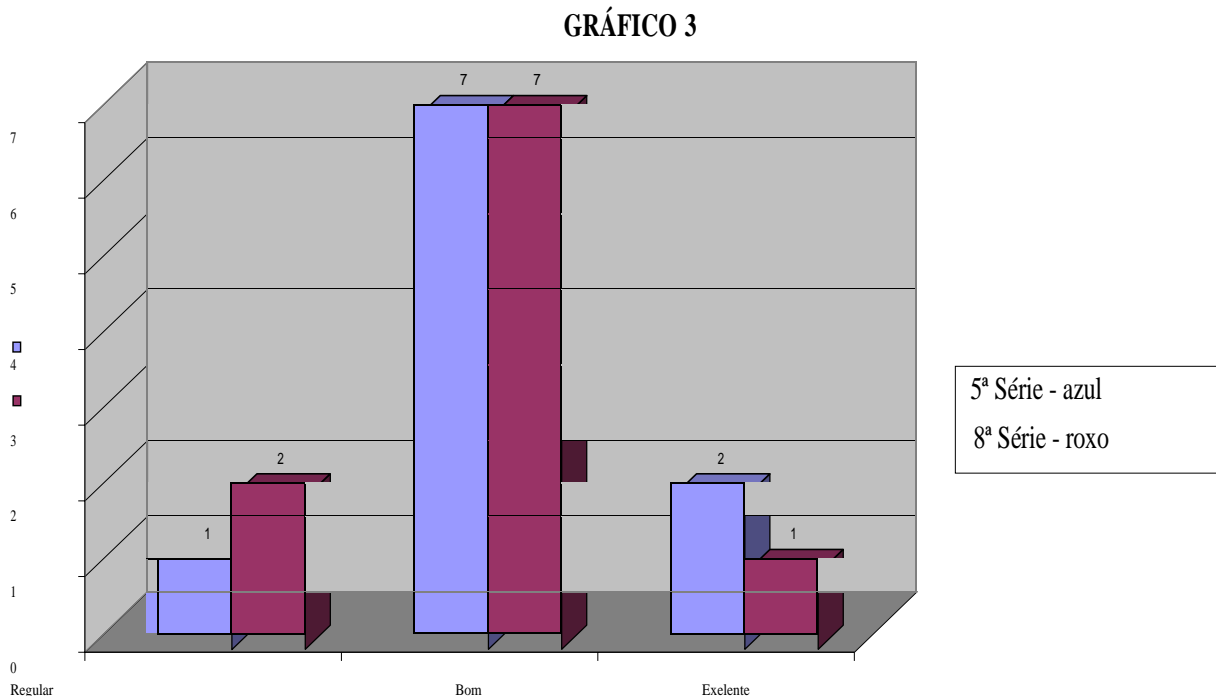


Gráfico 3: Relação professor e crianças com NEE

Os alunos observam que os professores tentam ajudar o aluno com necessidades especiais da melhor maneira possível, mas os alunos também percebem que não é “excelente”.

observações registradas na questão anterior.

Por fim questionou-se a classe, *se eles acreditam ser importante que tenha aluno incluso com necessidades educativas especial na sala de aula do ensino regular*. As respostas foram unânimes no sentido de que é importante esta inclusão. Uma resposta que marcou foi de um aluno da 8ª série que respondeu “sim, porque eles podem ensinar muitas coisas pra nós”; e outras de alunos da 5ª série: “quem sabe a gente pode aprender melhor com ele”; e “sim, para aprendermos que somos todos iguais”. Essas respostas remetem a idéia de que apesar de todas as dificuldades no processo de inclusão esta se manifesta como um aprendizado para todos. Porém, não se pode perder de vista, a necessidade de programas sérios que construa uma inclusão de conhecimento e de desenvolvimento humano, social, cultural e intelectual. Como explica Robert Barth², professor de Harvard (1990, p. 514-515): “As diferenças representam grandes oportunidades de aprendizado. As diferenças oferecem um recurso grátis, abundante e renovável... o que é importante nas pessoas – e nas escolas – é o que é diferente, não o que é igual”.

Diante do exposto, percebemos a importância da inclusão, dessa forma, a escola inclusiva deve acomodar todas as crianças independentemente de suas condições intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras (SALAMANCA - 1994). Deve, ainda, promover uma educação de alta qualidade a todos os educando, modificando atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras e desenvolvendo uma sociedade inclusiva. E, por fim, ser adaptada às necessidades dos alunos, respeitando-se o ritmo e os processos de aprendizagem.

REFERENCIAS

ALENCAR, EUNICE M. L. SORIANO. UM RETRATO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL. BRASÍLIA, ANO 13, Nº 60, OUT/DEZ, 1993.

BARROS, ALESSANDRA. ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS REGULARES: LIMITES DE UM DISCURSO. SAÚDE E SOCIEDADE V.14, N.3, P.119-133, SET-DEZ, 2005

BEAUPRÉ, P. O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO ESCOLAR: ÊNFASE NA APRENDIZAGEM ACADÊMICA. IN: M.

T. E MANTOAN (ORG.). A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA REFLEXÃO SOBRE O TEMA. SÃO PAULO: MEMNON, EDITORA SENAC: 1997, P. 162-166.

BARTH, ROBERT. A PERSONAL VISION OF A GOOD SCHOOL. N. 71, P. 512- 571, 1990 APUD PROGRAMA DE

SEMTEC/ SEED. 2004.

CARVALHO, R. E. TEMAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. RIO DE JANEIRO: WVA, 1998. A NOVA LDB E A EDUCAÇÃO ESPECIAL. RIO DE JANEIRO: WVA, 1997.

GOVERNO DO ESTADO. PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. INTEGRAR É O PRIMEIRO PASSO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. S/A.

HIRATA, GISELLE; REVISTA NOVA ESCOLA; UMA ESCOLA SEM BARREIRAS. JULHO; 2009.

LDB; LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL; 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

LYCURGO, TASSOS; INCLUSÃO SOCIAL E DIREITO: POR UMA DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL; BRASIL; 2005.

MANTOAN, M. T. E. INCLUSÃO ESCOLAR : O QUE É? POR QUÊ? COMO FAZER? SÃO PAULO: ED.MODERNA, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. TRABALHO DOCENTE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.

SÃO PAULO: EPU, 1993.

M. J. S. E SOUZA, S. M. Z. L. INCLUSÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA. ESTILOS DA CLÍNICA: REVISTA SOBRE A INFÂNCIA COM PROBLEMAS, 9 (V). SÃO PAULO, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MARCOS POLÍTICO-LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. BRASILIA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010.

ROSS, PAULO RICARDO. EDUCAÇÃO E TRABALHO: A CONQUISTA DA DIVERSIDADE ANTE AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS. IN: BIANCHETTI, L; FREIRE, I. M. UM OLHAR SOBRE A DIFERENÇA: INTERAÇÃO, TRABALHO E CIDADANIA. SÃO PAULO: PAPIRUS, 1998.

SASSAKI, ROMEU K. INCLUSÃO. CONSTRUINDO UMA SOCIEDADE PARA TODOS. RIO DE JANEIRO, ED. WVA 1997. SAVIANI, DEMERVAL. A NOVA LEI DA EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIA. TRAJETÓRIA, LIMITES E PERSPECTIVAS.7. ED. SÃO PAULO: AUTORES ASSOCIADOS, 2001.

SHIMAZAKI, ELSA MIDORI. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. DISPONÍVEL EM:<
[HTTP://WWW.GESTAOESCOLAR.DIAADIA.PR.GOV.BR/ARQUIVOS/FILE/PRODUCOES_PDE/MID_ELSA_MIDORI_SHIMAZAKI.PDF.](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/file/producoes_pde/md_elsa_midori_shimazaki.pdf) > ACESSO EM 05 AGO 2014.